

2013

1) Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. Do Espírito das Leis. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- A) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
 - B) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
 - C) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
 - D) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
 - E) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governo eleito.
-

2) Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens que se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se.

MAQUIAVEL, N. O Príncipe. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas, Maquiavel define o homem como um ser

- A) munido de virtude, com disposição nata a praticar o bem a si e aos outros.
 - B) possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.
 - C) guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.
 - D) naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.
 - E) sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares.
-

3) A felicidade é, portanto, a melhor, a mais nobre e a mais aprazível coisa do mundo, e esses atributos não devem estar separados como na inscrição existente em Delfos “das coisas, a mais nobre é a mais justa, e a melhor é a saúde; porém a mais doce é ter o que amamos”. Todos estes atributos estão presentes nas mais excelentes atividades, e entre essas a melhor, nós a identificamos como felicidade.

ARISTÓTELES. A Política. São Paulo: Cia. Das Letras, 2010.

Ao reconhecer na felicidade a reunião dos mais excelentes atributos, Aristóteles a identifica como

- A) busca por bens materiais e títulos de nobreza.
- B) plenitude espiritual e ascese pessoal.
- C) finalidade das ações e condutas humanas.
- D) conhecimento de verdades imutáveis e perfeitas.
- E) expressão do sucesso individual e reconhecimento público.

4) Na produção social que os homens realizam, eles entram em determinadas relações indispensáveis e independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade – fundamento real, sobre o qual se erguem as superestruturas política e jurídica, e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social.

MARX, K. *Prefácio à Crítica da economia política*. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Textos 3**. São Paulo: Edições Sociais, 1977 (adaptado).

Para o autor, a relação entre economia e política estabelecida no sistema capitalista faz com que

- A) o proletariado seja contemplado pelo processo de mais-valia.
- B) o trabalho se constitua como o fundamento real da produção material.
- C) a consolidação das forças produtivas seja compatível com o progresso humano.
- D) a autonomia da sociedade civil seja proporcional ao desenvolvimento econômico.
- E) a burguesia revolucione o processo social de formação da consciência de classe.

5)

TEXTO I

Há já algum tempo eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão mui duvidoso e incerto. Era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente a fim de estabelecer um saber firme e inabalável.

DESCARTES, R. **Meditações concernentes à Primeira Filosofia**. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (adaptado).

TEXTO II

É o caráter radical do que se procura que exige a radicalização do próprio processo de busca. Se todo o espaço for ocupado pela dúvida, qualquer certeza que aparecer a partir daí terá sido de alguma forma gerada pela própria dúvida, e não será seguramente nenhuma daquelas que foram anteriormente varridas por essa mesma dúvida.

SILVA, F. L. **Descartes: a metafísica da modernidade**. São Paulo: Moderna, 2001 (adaptado).

A exposição e a análise do projeto cartesiano indicam que, para viabilizar a reconstrução radical do conhecimento, deve-se

- A) retomar o método da tradição para edificar a ciência com legitimidade.
- B) questionar de forma ampla e profunda as antigas ideias e concepções.
- C) investigar os conteúdos da consciência dos homens menos esclarecidos.
- D) buscar uma via para eliminar da memória saberes antigos e ultrapassados.
- E) encontrar ideias e pensamentos evidentes que dispensam ser questionados.

6) Até hoje admitia-se que nosso conhecimento se devia regular pelos objetos; porém, todas as tentativas para descobrir, mediante conceitos, algo que ampliasse nosso conhecimento, malogravam-se com esse pressuposto. Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1994 (adaptado).

O trecho em questão é uma referência ao que ficou conhecido como revolução copernicana na filosofia. Nele, confrontam-se duas posições filosóficas que

- A) assumem pontos de vista opostos acerca da natureza do conhecimento.
 - B) defendem que o conhecimento é impossível, restando-nos somente o ceticismo.
 - C) revelam a relação de interdependência entre os dados da experiência e a reflexão filosófica.
 - D) apostam, no que diz respeito às tarefas da filosofia, na primazia das ideias em relação aos objetos.
 - E) refutam-se mutuamente quanto à natureza do nosso conhecimento e são ambas recusadas por Kant.
-

7) Os produtos e seu consumo constituem a meta declarada do empreendimento tecnológico. Essa meta foi proposta pela primeira vez no início da Modernidade, como expectativa de que o homem poderia dominar a natureza. No entanto, essa expectativa, convertida em programa anunciado por pensadores como Descartes e Bacon e impulsionado pelo Iluminismo, não surgiu “de um prazer de poder”, “de um mero imperialismo humano”, mas da aspiração de *libertar* o homem e de *enriquecer* sua vida, física e culturalmente.

CUPANI, A. A tecnologia como problema filosófico: três enfoques. Scientiae Studia, São Paulo, v. 2, n. 4, 2004 (adaptado).

Autores da filosofia moderna, notadamente Descartes e Bacon, e o projeto iluminista concebem a ciência como uma forma de saber que almeja libertar o homem das intempéries da natureza. Nesse contexto, a investigação científica consiste em

- A) expor a essência da verdade e resolver definitivamente as disputas teóricas ainda existentes.
- B) oferecer a última palavra acerca das coisas que existem e ocupar o lugar que outrora foi da filosofia.
- C) ser a expressão da razão e servir de modelo para outras áreas do saber que almejam o progresso.
- D) explicitar as leis gerais que permitem interpretar a natureza e eliminar os discursos éticos e religiosos.
- E) explicar a dinâmica presente entre os fenômenos naturais e impor limites aos debates acadêmicos.